

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. DE 2008
(Da Senhora Rebecca Garcia)

**Solicita ao Ministro do
Desenvolvimento Agrário, Sr.
Guilherme Cassel, informações
referentes ao desmatamento na
Amazônia.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. que seja encaminhada ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Guilherme Cassel, solicitação de informações referentes ao desmatamento na Amazônia.

JUSTIFICATIVA

Autor da lista que apontou os cem maiores desmatadores do país, o Ibama avalizou a presença de uma madeireira dentro do assentamento do Incra que lidera o polêmico ranking. Segundo reportagens publicadas recentemente, o instituto emitiu o certificado de regularidade à madeireira Mascarello, com sede na agrovila do assentamento Nova Fronteira, em Tabaporã (MT). Esse documento é um dos papéis obrigatórios usados na busca de licenças no órgão ambiental do Estado - a Secretaria do Meio Ambiente. O documento do Ibama identifica a madeireira no endereço do assentamento Nova Fronteira, no norte do Estado, e trata como ativa a sua situação cadastral no órgão federal.

Com esse aval do Ibama, a madeireira obteve três licenças: prévia, de instalação e de operação. Todas emitidas em abril e válidas até o mesmo mês de 2011. Nessas licenças, a atividade principal da madeireira é descrita como "serraria com desdobramento de madeira".

Divulgada no final do mês passado pelo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), a lista incluiu oito assentamentos do Incra entre os cem principais desmatadores do país, sendo que seis deles, todos de Mato Grosso, lideravam o ranking.

A publicidade da lista causou um mal-estar entre as áreas ambiental e agrária do governo. O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e o presidente do Incra, Rolf Hackbart, foram a público advertir o Ibama sobre a veracidade da metodologia utilizada. O grande questionamento é que não se dividiu o total desmatado na área pelo número de assentados, o que, na prática, empurraria os assentamentos para o fim da relação.

Criado em 1997, o assentamento Nova Fronteira, de 65,3 mil hectares e com 963 famílias, teve 49,6 mil hectares desmatados. Por conta disso, o Ibama aplicou uma multa de R\$ 50 milhões, que será revertida em ações para a recuperação das áreas degradadas.

Questionado sobre como emitir um documento de situação ativa de uma madeireira fixada dentro de um assentamento, o Ibama não se manifestou. Já a

Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso informou que "a madeireira possui essas três licenças por ter cumprido os requisitos para obtê-las".

Diante das informações, solicito ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Guilherme Cassel, as seguintes informações:

- 1) Existe algum setor do Ministério que esteja ligado a essas informações sobre os assentamentos, que possa transmiti-las com clareza e objetividade?
- 2) De que maneira o Ministério pode trabalhar para manter os assentamentos do Incra sem provocar o desmatamento? É possível ter um equilíbrio?
- 3) Existe algo que parlamentares podem fazer para contribuir na elaboração de pesquisas como essas ou na reversão da situação conflituosa que se formou?

Sala de Comissões, 21 de Outubro de 2008

REBECCA GARCIA

Deputada Federal (PP/AM)